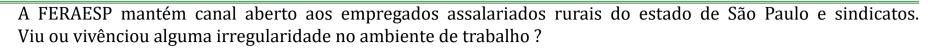
JORNAL FERAESP

MARÇO DE 2023

O JORNAL DOS ASSALARIADOS RURAIS

WWW.FERAESP.ORG.BR

DESDE 2017 - EDIÇÃO NÚMERO 61



Denuncie em nossos canais de comunicação: (18) 3325 - 1796 / feraesp@feraesp.org.br WhatsApp: (14) 99873-9557 ou em seu Sindicato.

A federação e os sindicatos irão orienta-los(a).

COMO FUNCIONA O GRUPO DE TRABALHO DO SALARIO MINIMO PAG-(2)

Brasil registra mais de 612 mil acidentes de trabalho e mais de 2.500 mortes em 2022 **PAG - (3)**

CUSTO DA CESTA BÁSICA DIMINUI EM 13 CAPITAIS PAG - (4)

LUPI CRITICA AUMENTO DOS JUROS PARA APOSENTADOS PAG - (4)



Relatório da FERAESP mostra o perfil dos trabalhadores resgatados de trabalho escravo



O estudo mostra que (dados entre 1995 e 2022), os subsetores com maiores incidência de resgatados de trabalho escravo ou análogo está ligado ao meio rural do País, criação de bovinos lidera com 29% dos casos, seguido do: cultivo de cana-de-açúcar com 14%; produção florestal com 7% e cultivo do café com 6% dos casos.

Os dados são do Observatório do Trabalho Escravo no Brasil.

As estatísticas por ocupação (profissão), também mostra que o meio rural tem maior incidência; trabalhador agropecuário em geral, representa 62% dos casos, seguido de trabalhador volante da agricultura com 4%, mesmo de pecuária (bovinos corte) e operador de motosserra. Além disso, a maioria não completou o 5º ano, com 34% dos casos, seguido de analfabetos com 28% e 15% tinham do 6º ao 9º ano.

SISTEMA DE ARRECADAÇÃO FERAESP

Sistema para emissão de guias sindicais para atender os sindicatos.

No qual, podem ser emitidas a Contribuição sindical, Confederativa, Assistencial e Mensalidade social.

O sistema é gratuito para os sindicatos da categoria, através do site www.feraesp.org.br no link "Sistema de geração de guias".

Para maiores esclarecimentos contatar o setor de arrecadação, através do e-mail: tesouraria@feraesp.org.br ou pelo telefone (18) 3325 - 1796.



JORNAL FERAESP

EXPEDIENTE: Órgão informativo mensal da FERAESP - Diretoria Executiva Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo. CNPI: 58.998.915/0001-18

Av. Siqueira Campos, 235, Vila Operaria, Assis – SP – CEP 19804-010. Fone: (18) 3325 - 1796 - WhatsApp (14) 99873-9557 - e-mail: feraesp@feraesp.org.br Área Técnica: Cristiano Augusto Galdino - Corecon - 35802/SP



Estado de São Paulo

Os principais subsetores do estado com as maiores incidências de resgates são: confecções de peças e vestuário, lidera com 22% dos casos, seguido de Construção com 20% e cultivo de cana-de-açúcar com 9% dos casos.

Já por ocupação, o meio rural lidera as estatísticas no estado; 27% dos resgatado exerciam atividade laboral como trabalhador agropecuário em geral, seguido de operador de motosserra com 23% dos casos e costureiro na confecção em série com 9%. A maioria são de homens entre 18 e 44 anos de idade e no recorte por cor, pardos representavam 34% dos casos, seguido de ignorados (não soube responder) com 31%; branco com 24%; preta com 7% e indígena com 2%.

A escolaridade média dos resgatados no estado, tem como maioria pessoas com nível escolar de ensino médio, com 31% dos casos, seguido de grau de escolaridade até a 5º série incompleta; ensino médio incompleto com 11% e fundamental com 9% dos casos. A maioria dos casos estão ligadas ao meio rural, com a construção civil e vestuário destacando-se negativamente em São Paulo. O governo Bolsonaro acelerou nos últimos anos a incidência de trabalho escravo ou análogo nos últimos anos, com reduções drásticas no orçamento.

Há uma necessidade urgente da retomada do fortalecimento das instituições de combate a essas atividades, como é o caso do MPT e também de entidades como os sindicatos que ajudam no combate dessas atrocidades cometidas contra os trabalhadores Brasileiros.

Acesse o estudo completo em:

https://www.feraesp.org.br/relatorio-perfil-dos-resgates-de-trabalho-escravo-no-mundo-brasil-e-sao-paulo/

Como funciona o Grupo de Trabalho (GT) do salário mínimo de Lula



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criou GT (grupo de trabalho) para a elaboração de proposta de Política de Valorização do Salário Mínimo. O decreto que institui o GT foi publicado na edição de 27 fevereiro do DOU (Diário Oficial da União).

A política de valorização do mínimo é uma das principais agendas que Lula trouxe da campanha. As centrais sindicais defendem que o piso atual suba para R\$ 1.343 (com correção pelo INPC, de 5,93%, somada ao PIB de 4,6% de 2021).

Composição e funcionamento do GT

O GT é composto por 14 membros, divididos entre Administração Pública federal e representantes dos trabalhadores. São esses:

- 1 representante do MTE, que coordena o GT;
 - 1 do Ministério da Fazenda;
 - 1 do Ministério da Previdência Social;
- 1 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
 - 1 do Ministério do Planejamento e Orçamento;
 - 1 da Secretaria-Geral da Presidência da República; e
 - 1 da Casa Civil da Presidência da República;
 - 1 da CUT (Central Única dos Trabalhadores);
 - 1 da Força Sindical;
 - 1 da UGT (União Geral dos Trabalhadores);
- 1 da CTB (Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil);
 - 1 da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores):
 - 1 da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros); e
 - 1 das centrais sindicais.

Cada membro terá 1 suplente, que o substituirá nas ausências e impedimentos. Os nomes serão indicados pelos titulares dos órgãos e das entidades que representam.

O representante da pasta do Trabalho poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, e especialistas em assuntos relacionados às suas atribuições em casos específicos. Esses convidados não terão direito a voto.

Além disso, as organizações representativas dos empregadores serão consultadas sobre a proposta de Política de Valorização do Salário Mínimo, de modo a garantir o caráter tripartite das políticas de trabalho.



Ainda, pesquisadores do Ipea (Instituto de Política Econômica Aplicada) e do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) prestarão apoio administrativo.

As reuniões do GT são semanais, podendo haver convocação de mais de 1 encontro por semana. Essas são realizadas presencialmente ou por videoconferência. A participação não é remunerada.

O GT terá duração de 45 dias, contado a partir de 19 de janeiro de 2023, prorrogável uma vez por igual período. O relatório final das atividades do grupo vai ser encaminhado aos titulares dos órgãos nesses representados.

A data de 19 de janeiro considera despacho assinado por Lula naquela ocasião, que determinou aos ministérios do Trabalho e Emprego, da Fazenda, do Planejamento e Orçamento, da Previdência Social, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e à Secretária-geral e à Casa Civil da Presidência da República a elaboração da proposta de valorização do mínimo.

Fonte: DIAP

Brasil registra mais de 612 mil acidentes de trabalho e mais de 2.500 mortes em 2022



Segundo levantamento do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, país registrou 25.500 mortes de trabalhadores em dez anos.

O Brasil registrou, em 2022, 612.900 acidentes de trabalho e 2.538 mortes - alta de 22% em relação ao ano anterior – só entre trabalhadores e trabalhadoras com empregos formais, com carteira assinada e direitos, entre outros, a benefícios previdenciários.

De 2012 a 2022, foram registrados 6,7 milhões de acidentes e 25.500 mortes de trabalhadores. Do total, cerca de 15% foram causados por operação de máquinas e equipamentos.

No mês do Abril Verde - 28 de abril é o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho -, esses dados, compilados pelo Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, a partir de laboratório (Iniciativa SmartLab de Trabalho Decente) coordenado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pelo escritório local da Organização Internacional do Trabalho (OIT), servem de subsídio para a refelxão e o debate sobre a gravidade da situação no mercado de trabalho brasileiro, ressalta o procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira.

"Essas informações atualizadas e com detalhamento geográfico são fundamentais para as reflexões públicas no contexto do Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho, em 28 de abril, e para todo o mês do Abril Verde", disse ele.

"O direito a um entorno de trabalho seguro e saudável enseja ambientes de trabalho nos quais se eliminam os riscos ou onde foram tomadas todas as medidas práticas e factíveis para reduzir os riscos a um nível aceitável", complementa o diretor do Escritório da OIT para o Brasil, Vinícius Pinheiro. Segundo ele, a prevenção deve fazer parte da cultura das organizações.

INSS recebeu 2,3 milhões de pedidos de afastamento

De acordo com o estudo, cuja base das informações está nas comunicações de acidentes de trabalho (CAT) feitas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), só no ano passado, o órgão recebeu 2,3 milhões pedidos de afastamentos por causa de doenças e acidentes de trabalho. No total, foram mais de 148 mil concessões de benefícios previdenciários para acidentados e 6,5 mil de aposentadoria por invalidez.

São trabalhadores que sofreram amputações e lesões graves (com frequência 15 vezes maior que a das demais causas), isso provocou três vezes mais acidentes fatais do que a média geral.

P. 3



Saúde é setor que registra mais acidentes

A atividade de atendimento hospitalar é o setor com maior número de notificações, mais de 59 mil casos. Técnicos de enfermagem foram os profissionais mais acidentados, com 36 mil casos.

Na sequência, os setores com mais acidentes de trabalho são o comércio varejista de mercadorias em geral (18,5 mil), o transporte rodoviário de carga (13,5 mil), o abate de aves, suínos e pequenos animais (10 mil) e a construção de edifícios (10 mil).

Para complementar as informações, o observatório também divulgou dados de notificação obrigatória de atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) relacionados a casos de acidentes de trabalho. Foram 392 mil notificações de acidentes envolvendo trabalhadores.

A cidade de São Paulo ficou em primeiro lugar, no ano passado, mais de 51 mil notificações de acidentes. O Rio vem logo em seguida, com mais de 18 mil, e Belo Horizonte, com 11 mil.

Fonte: CUT

Custo da cesta diminui em 13 capitais em fevereiro, afirma Dieese



O valor do conjunto dos alimentos básicos diminuiu em 13 das 17 capitais onde o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Entre janeiro e fevereiro de 2023, as reduções mais importantes ocorreram em Belo Horizonte (-3,97%), Riode Janeiro (-3,15%), Campo Grande (-3,12%), Curitiba (-2,34%) e Vitória (-2,34%). Já as elevações foram observadas em quatro capitais do Norte e Nordeste: Belém (1,25%), Natal (0,64%), Salvador (0,34%) e João Pessoa (0,01%).

As capitais com a cesta mais cara foram: São Paulo (R\$ 779,38), Florianópolis (R\$ 746,95), Rio de Janeiro (R\$ 745,96) e Porto Alegre (R\$ 741,30).

Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram registrados em Aracaju (R\$ 552,97), Salvador (R\$ 596,88) e João Pessoa (R\$ 600,10).

Entre fevereiro de 2022 e fevereiro de 2023, a comparação dos valores mostrou que a cesta apresentou alta em todas as capitais, com variações que oscilaram entre 3,91%, em Vitória, e 15,33%, em Belém.

Nos dois primeiros meses do ano, o custo do conjunto de gêneros alimentícios básicos aumentou em sete cidades, com destaque para as variações registradas em Recife (7,40%), Natal (7,15%), João Pessoa (6,81%) e Aracaju (6,13%). As quedas mais importantes ocorreram em Campo Grande (-3,26%) e Porto Alegre (-3,18%).

Lupi critica aumento dos juros para aposentados



Para o ministro da Previdência, Carlos Lupi (PDT), não há o que comemorar sobre o aumento do teto dos juros do empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do INSS. Questionado pelo jornal O Globo sobre se estava satisfeito com o resultado da contenda com os bancos.

O teto aprovado nesta terça-feira (28 de março), de 1,97% ao mês, representa uma ligeira queda em relação ao original de 2,14%, porém ainda fica acima dos 1,7% que estava em vigor nos últimos dias, e do meio termo de 1,90% que ele tinha esperança de conseguir aprovar e que foi pedido por representantes dos aposentados em carta enviada a ele.

Após a reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), conduzida por Lupi, que aprovou o aumento dos juros para aposentados e pensionista sob orientação do governo, algumas pessoas que estiverem presentes relataram ao jornal o desapontamento do ministro.

"O que me chamou mais a atenção foi o abatimento do ministro Lupi. Ele me pareceu bastante desapontado", disse Tonia Galleti, que representou o Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos) no encontro.

Fonte: CSB